



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a
gestão da Secretaria de Estado de
Infraestrutura – Seinfra

— 2/7/2021 —

I – Apresentação

No dia 2/7/2021, a Comissão de Assuntos Municipais e a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas receberam Fernando Scharlack Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º semestre de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:** Deputadas e deputados: Rosângela Reis (presidenta da reunião), Fernando Pacheco, Marquinho Lemos (substituindo Elismar Prado), André Quintão (substituindo Elismar Prado), Beatriz Cerqueira (substituindo Elismar Prado), Celinho Sintrocel (substituindo Elismar Prado)
- **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas:** Deputadas e deputados: Celinho Sintrocel, Charles Santos, Fernando Pacheco (substituindo Celinho Sintrocel), André Quintão (substituindo Léo Portela), Rosângela Reis (substituindo Neilando Pimenta)
- **Outras presenças:** Deputadas e deputados: Carlos Pimenta, João Leite, Arlen Santiago, Carlos Henrique, Gustavo Valadares, Léo Portela, Bosco, Doutor Jean Freire, Mauro Tramonte, Raul Belém, Zé Reis, Bartô, Leninha, Laura Serrano

III – Discussões

Em sua apresentação, o titular da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – expôs o panorama da economia mineira e a importância do investimento em infraestrutura como indutor do desenvolvimento. Apontou que, diante da escassez do orçamento público, restariam os investimentos privados como principal fonte de recursos. Por esse motivo, segundo o secretário, a estruturação das propostas de concessões em várias áreas é o principal projeto da Seinfra. Além desses projetos, o esforço pela manutenção das rodovias estaduais e de reformas de edificações estaduais, usando, inclusive, como fonte de recursos, o acordo judicial da Vale e uma repactuação do acordo com a Samarco, foram destaque na fala do secretário. O investimento no modal ferroviário também mereceu um espaço importante em sua explanação.

Ao longo da reunião, vários deputados questionaram o secretário sobre as ações da secretaria. Em síntese, apontamos, a seguir, as principais discussões ocorridas nesse momento, com os respectivos posicionamentos e compromissos da secretaria.

Reativação do Aeroporto Regional do Vale do Aço

Deputados questionaram o secretário acerca do fechamento do Aeroporto Regional do Vale do Aço para reformas na pista, sobre a possibilidade de sua reabertura antes do prazo previsto e sobre outras obras estruturantes nesse terminal.

COMPROMISSOS

Posicionamento do Secretário:

- A reabertura do aeroporto está prevista para setembro de 2021, com possibilidade de antecipação para agosto.
- O projeto de novo terminal será concluído até o fim do ano; a Seinfra já está em tratativa com a Secretaria Nacional de Aviação Civil para conseguir recursos para a obra.
- Há possibilidade de inclusão desse terminal na 8ª rodada de concessões de aeroportos a ser realizada pelo governo federal em 2022.

REQUERIMENTOS

RQC 9.361/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade acerca do processo de prorrogação da anuência, até o final de agosto, para que o aeroporto de Ipatinga não permaneça fechado enquanto durarem os trabalhos de adequação e ampliação da infraestrutura.

RQC 9.362/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade acerca do cronograma de elaboração e de implantação do Plano Diretor do Aeroporto de Ipatinga.

RQC 9.363/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade acerca dos entendimentos que se realizam com a empresa de aviação Azul no sentido de garantir a volta de sua operação no Aeroporto de Ipatinga, a partir do final das obras, em setembro de 2021, inclusive com vistas à expansão do número de voos.

Obras na rede rodoviária estadual

Aproveitando extensa carteira de projetos de engenharia já existente, boa parte dos deputados presentes à audiência pleitearam prioridade para o início ou a retomada de obras estruturantes em rodovias estaduais. Fontes de recursos extraordinárias, como o acordo com a empresa Vale, decorrente do rompimento de barragem em Brumadinho, e com a Fundação Renova, referente ao de Bento Rodrigues, poderiam ser empenhadas nesse sentido. Houve especial foco sobre trechos rodoviários do Norte, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce.

O secretário informou que os recursos existentes no orçamento do DER-MG não são suficientes para uma manutenção adequada de toda a malha sob jurisdição estadual. Ele estimou em R\$400 mil por km, por ano, os custos para a recuperação funcional e de R\$220 mil a R\$250 mil por km, por ano, para manutenção. Alegou que o empenho de emendas parlamentares tem ajudado a retomar as obras em alguns trechos. Em

outros, o aporte direto de recursos pela iniciativa privada, utilizando programa lançado pelo governo para utilização de créditos de ICMS, pode viabilizar obras de menor porte. Haveria a necessidade de angariar recursos externos, o que só seria possível com a adesão do Estado ao regime de recuperação fiscal.

Em outra frente trabalhada pela secretaria, ele informou que trechos eventualmente concedidos gerarão economia de recursos para o Estado, que poderá destinar mais verba para a manutenção dos demais trechos não viáveis economicamente para exploração pela iniciativa privada.

Posicionamento do Secretário:

- Trinta e cinco por cento dos recursos destinados para a manutenção de rodovias, previstos no acordo judicial da Vale em função do desastre de Brumadinho, serão para rodovias localizadas na região do Vale do Jequitinhonha. O restante, para as outras regiões. Está-se buscando a repactuação com a Samarco e com a Fundação Renova, o que talvez possibilite a entrada de recursos novos também com essa finalidade.
- Recursos de eventuais outorgas de licitações de concessões rodoviárias serão destinados ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans – e utilizados para a manutenção e melhorias nas rodovias não concedidas.
- Há licitação prevista para julho de 2021, destinada ao escaneamento a *laser* de toda a malha estadual, o que permitirá um real diagnóstico da situação de todas as rodovias estaduais.
- A homologação de nova licitação para a retomada das obras do contorno de Cataguases está prevista para julho de 2021, com previsão de obras durando de 8 a 12 meses.
- O secretário solicitou que a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams – officie à Seinfra detalhando os trechos rodoviários que a entidade defende que sejam priorizados por obras de manutenção e melhoria. O secretário firmou o compromisso de analisar as demandas e buscar recursos para atendê-las.
- O trecho rodoviário da MG-105 que passa por Águas Formosas encontra-se em obras.
- A ponte na MG-114, próximo a Minas Novas, e o mercado de Almenara encontram-se em obras.
- A refederalização de trecho da BR-135 vai possibilitar a conclusão de seu asfaltamento.
- Uma das empresas classificadas em licitação para execução das obras na MG-280, entre Alto Rio Doce, Dores do Turvo e Paula Cândido, aceitou negociar com o governo para assumir o empreendimento, e o Estado está em tratativas para essa negociação.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

RQC 9.349/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – com vistas à realização de obras e intervenções de recuperação e melhoria da estrada de ligação da BR-458 à BR-381, próximo ao aeroporto de Ipatinga.

RQC 9.350/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – com vistas à realização de obras e intervenções para recuperação e melhoria da estrada que liga o Município de São João do Oriente ao Município de Sobrália.

RQC 9.351/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – com vistas à realização de obras e intervenções para recuperação e melhoria da estrada que liga o Município de Córrego Novo ao Município de Bom Jesus do Galho.

RQC 9.352/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para a recuperação da Ponte Queimada, no Distrito de Cava Grande, no Município de Marliéria.

RQC 9.353/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade –

Seinfra – para a pavimentação da estrada rural de acesso de Mesquita à LMG-758, ligando esse município aos Municípios de Belo Oriente, Açucena e Naque.

RQC 9.354/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para a pavimentação do acesso do Município de Açucena ao Município de Braúnas, via Rua Castelo Branco e Comunidade Rural de Belo Monte, em Açucena.

RQC 9.355/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para realização de obras e intervenções de recuperação e melhoria da estrada Ponte Alta, que liga a LMG-760 ao Município de Dionísio.

RQC 9.356/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para pavimentação da Estrada da Amizade, que liga o Distrito de Senador Melo Viana, no Município de Coronel Fabriciano, ao Bairro Bom Jardim, no Município de Ipatinga.

RQC 9.357/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para pavimentação da estrada que liga o Município de Sem-Peixe à MG-262.

RQC 9.358/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para pavimentação da MG-232, no trecho entre o Município de Dores do Guanhães e o Município de Joanésia.

RQC 9.359/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para realização das obras de melhorias e pavimentação da MG-425, no trecho que liga Revés do Belém a Vargem Alegre.

RQC 9.360/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade acerca dos critérios que serão adotados pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – para a avaliação técnica das estradas mineiras que poderão ser recuperadas com recursos oriundos do acordo com a Vale.

RQC 9.364/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para que sejam incluídas as obras de asfaltamento da MG-214, entre Capelinha e Senador Modestino Gonçalves, entre as obras estruturantes previstas no acordo judicial de reparação de danos decorrentes do desastre da Vale.

RQC 9.365/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para que a LMG-718, que liga o Distrito de Vila Pereira, do Município de Nanuque, à BR-418, seja incluída no planejamento de pavimentação de rodovias dessa secretaria.

RQC 9.367/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre a situação dos projetos, contratos e previsão para execução de obras na Rodovia MG-280, nos trechos entre Dores do Turvo e Alto Rio Doce e entre Divinésia e Paula Cândido.

RQC 9.370/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre o asfaltamento da Rodovia MG-060, no trecho compreendido entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, especificando qual o cronograma de obras para o asfaltamento desse trecho; se existe previsão orçamentária para a realização dessa obra e, em caso negativo, por qual motivo; se o asfaltamento desse trecho está previsto no acordo judicial com a Vale e, em caso negativo, se é possível incluí-lo; qual a empresa contratada para realizar a manutenção desse trecho, bem como quais valores já foram pagos e quais intervenções já foram realizadas.

RQC 9.371/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para o início das obras da Estrada Parque Bispo Dom Helvécio – MG-900.

Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH

Alguns deputados questionaram o secretário sobre a viabilidade do Rodoanel da RMBH, sobre possíveis discrepâncias nos traçados estudados, sobre a existência de traçados alternativos, sobre os impactos

ambientais decorrentes de sua obra terem sido devidamente avaliados e sobre a correção de se destinar os recursos decorrentes do desastre de Brumadinho para uma obra que, segundo eles, atenderia as próprias mineradoras. Questionaram também o fato de o traçado proposto não adentrar áreas de mineração, e sim residências e outros empreendimentos econômicos, além de áreas ambientalmente vulneráveis. Outros deputados, por sua vez, defenderam a importância da obra para a RMBH, para Minas Gerais e para o País e que o surgimento de recursos extraordinários seria uma oportunidade única para dar cabo a uma obra que poderá reduzir fortemente o fluxo e, conseqüentemente, os acidentes no atual Anel Rodoviário.

De acordo com o secretário, sobre a decisão de propor a construção do Rodoanel, mesmo com outras estradas do Estado estando em situação muito ruim, esta se deu pela importância estratégica do empreendimento para a logística da RMBH, de Minas Gerais e do Brasil e para se reduzir o fluxo de veículos de carga no atual Anel Rodoviário, que voltará para sua vocação atual de ser uma via de trânsito rápido para o tráfego predominantemente urbano. Informou que cerca de R\$3,5 bilhões do investimento seriam financiados por meio do aporte de recursos derivados do acordo da Vale, e o restante, montante próximo a R\$2 bilhões, seria financiado por meio da arrecadação de pedágios.

Ainda segundo o secretário, o Estado analisou sete alternativas de traçado e, ao final, optou por um traçado diretriz, ressaltando que todos os documentos estudados foram disponibilizados para consulta pública. Informou também que aproximadamente 650 contribuições foram recebidas pela Seinfra nesse processo de consulta pública e nas audiências públicas realizadas pelo órgão.

Posicionamento do Secretário:

- A Seinfra se compromete a analisar todas as contribuições, inclusive aquelas relativas a traçados alternativos, e apresentar os resultados em breve.
- O futuro concessionário será responsável por cumprir todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento e por determinar o traçado definitivo, tendo em vista que os traçados propostos até então seriam apenas referenciais.
- A previsão de publicação do edital é para novembro, após revisão da modelagem e dos documentos, em função das contribuições da sociedade civil recebidas.
- A previsão é de redução de 25% dos acidentes no atual Anel Rodoviário e de economia de R\$324 milhões por ano com a conclusão do Rodoanel, devido à redução da utilização do atual Anel Rodoviário por parte significativa dos veículos pesados.

RQC 9.374/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade substanciadas na estratificação, por tema e por entidades proponentes, das 650 contribuições recebidas em consulta pública do projeto de rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

Programa de concessões de rodovias estaduais

Deputados elogiaram o programa de concessões de rodovias estaduais articulado pela secretaria e pediram algumas informações adicionais acerca do cronograma e de alguns outros detalhes. O secretário informou que o cronograma das futuras concessões está aderente ao planejado.

COMPROMISSOS

Posicionamento do Secretário:

- As audiências públicas ocorrerão em agosto, para os trechos em que a consulta pública já foi lançada (lotes do Triângulo e do Sul de Minas).
- Os leilões ocorrerão na B3, para permitir maior participação de interessados, com previsão para o mês de novembro de 2021.

REQUERIMENTOS

RQC 9.368/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para que a comunidade de Catarina e comunidades adjacentes, como Cabeceira da Fazenda Onça, Fazenda Onça, Curral de Varas e Palmital, no Município de Bocaiúva, tenham os seus direitos de ir e vir assegurados no projeto de duplicação da BR-135.

RQC 9.369/2021: Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para que as comunidades de Lagoinha e Planalto Rural, no Município de Montes Claros, tenham seu direito de ir e vir assegurados no projeto de duplicação da BR-135.

Ferrovias

Deputados discutiram várias questões referentes à retomada de investimentos no setor ferroviário, sobre o Plano Estratégico Ferroviário – PEF – e sobre potenciais investimentos no Estado decorrentes do processo de renovação de concessões ferroviárias da União.

O secretário informou que, no processo de renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, o Estado teve uma sinalização positiva do governo federal pela construção do trecho entre Pirapora e Unaí e que o governador pleiteou a extensão do citado ramal ferroviário até Luziânia e a requalificação dos terminais rodoferroviários de Uberaba e Araxá, de trecho na Serra do Tigre e do trecho de Pirapora a Corinto. Sobre o processo de renovação da MRS, Minas Gerais solicitou ao governo federal o aporte de recursos da ordem de centenas de milhões de reais em um fundo ferroviário, sob gestão estadual, que poderia, inclusive, viabilizar a implantação de um trem de passageiros entre Brumadinho e Belo Horizonte e outros investimentos de interesse do Estado. Também foi solicitada a requalificação completa dos trechos da concessionária na RMBH, notadamente entre Belo Horizonte, Ibitaré e Sarzedo, e a melhoria do acesso ao terminal rodoferroviário de Sarzedo.

Por fim, o secretário adiantou a informação de que o fundo árabe Mubadala, principal acionista do Porto do Açú, no Rio de Janeiro, contratou a Fundação Dom Cabral – que acabara de concluir a elaboração do PEF –

para estudar com mais detalhes a ligação dessa área portuária a algum trecho da chamada Ferrovia Mineira, que hoje se encontra abandonada.

REQUERIMENTOS

RQC 9.375/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre quais as ações realizadas para apoiar a implantação e instalação do Terminal de Cargas Multimodal (rodoferroviário) no Município de Poços de Caldas, que atrairá investimentos e ampliação de empregos para a região.

Controle do peso de caminhões nas rodovias

O secretário foi questionado sobre o controle do peso de veículos nas rodovias estaduais, em especial naquelas de algumas regiões do Vale do Jequitinhonha produtoras de madeira de origem de reflorestamento (eucalipto). Segundo informações, caminhões de grande tamanho e peso transportando essa carga não seriam fiscalizados, degradando as condições do pavimento. De acordo com o secretário, as cargas transportadas em algumas dessas rodovias, especialmente em locais onde há muito transporte de eucalipto, não são adequadas ao dimensionamento para o qual foram projetadas.

COMPROMISSOS

Posicionamento do Secretário:

- Há esforços do governo para ampliar o controle de peso nas rodovias, inclusive com a adoção da pesagem dinâmica, que evita a formação de filas, uma das principais reclamações dos caminhoneiros.
- A Seinfra buscará os setores envolvidos nesse transporte, para adotar uma política de responsabilidade social das empresas, visando à preservação das condições das rodovias, o que, em última instância, é benéfico para elas próprias.

Acordo judicial Vale e Estado de Minas Gerais

O secretário foi questionado sobre a valoração, sobre a responsabilidade pela execução e sobre eventual conflito de interesses nas obras previstas no acordo judicial da Vale. Em resposta, ele informou que a secretaria de Planejamento, que esteve à frente das tratativas do acordo por parte do governo do Estado, poderia esclarecer melhor as decisões que envolveram os termos acordados. De maneira geral, segundo ele, as obras que ficaram sob responsabilidade de execução da Vale são aquelas de infraestrutura na região onde ela atua, a mais afetada pelo desastre. As demais obras seriam executadas pelo Estado, por meio de execução orçamentária suplementar.

Sobre os custos das obras, há discussões a respeito, porém o Estado não tem informações detalhadas dos custos de obras com os quais a Vale trabalha, e nem seria objetivo do governo estadual sabê-lo, ressaltando que a empresa tem padrões bastante elevados de qualidade nas obras que executa.

Transporte coletivo da RMBH durante a pandemia

O secretário foi questionado sobre os critérios utilizados pela Seinfra e pelo DER-MG para paralisar, suspender e reduzir horários das linhas do transporte coletivo da RMBH durante a pandemia. Ele alegou que a paralisação se deu em função da queda drástica da demanda, mas que tal ação sempre buscou o menor prejuízo possível para o usuário.

COMPROMISSOS

Posicionamento do Secretário:

- A Seinfra está realizando estudos para otimizar a rede do transporte metropolitano da RMBH, visando garantir a sustentabilidade econômica e a boa prestação de serviço ao usuário
- O DER-MG se compromete a fiscalizar o cumprimento das normas sanitárias que regulam o transporte metropolitano, mesmo durante a pandemia.

REQUERIMENTO

RQC 9.366/2021: Pedido de informações ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade sobre quais linhas do transporte metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte foram paralisadas em função da pandemia, quais já foram retomadas e quais ainda se encontram sem funcionamento, bem como sobre os critérios que embasaram tal política e a escolha das linhas afetadas.

Controle da circulação de cargas perigosas nas rodovias

O secretário foi questionado sobre a necessidade de inovação do controle de circulação de cargas perigosas nas rodovias do Estado, com a possível adoção de um novo talonário eletrônico.

COMPROMISSO

Posicionamento do Secretário:

- Seinfra e DER-MG estão em processo de informatização do controle da circulação de cargas perigosas em rodovias do Estado.